



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS  
Av Anchieta, 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - [www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)  
Paço Municipal

PMC/PMC-SMGC-GAB

## DESPACHO

Campinas, 03 de fevereiro de 2026.

**Processo** FUMEC.2026.00000160-23

**Assunto:** Projeto de Lei, que altera a Lei Complementar nº 532, de 07 de julho de 2025, que “dispõe sobre a reestruturação administrativa da Fundação Municipal para Educação Comunitária - Fumec, sua organização, seus cargos e suas funções.

À Secretaria Municipal de Justiça  
Senhor Secretário,

Em atenção ao despacho de Vossa Senhoria (**DOC 17608456**), e considerando as justificativas e delimitações das competências lançadas pela **Secretaria Municipal de Educação (DOC 17582960)**, apresentamos as sugestões a seguir tendentes ao ajuste redacional da **Minuta de Projeto de Lei (DOC 17582939)**.

Art. 1º Ficam acrescidos o inciso III e os §§ 2º a 6º ao art. 2º da Lei Complementar nº 532, de 07 de julho de 2025, passando o parágrafo único a § 1º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º .....

.....  
III – Fica atribuída à Fundação Municipal para Educação Comunitária — FUMEC, conduzir operacionalmente os procedimentos licitatórios e de contratação administrativa destinados exclusivamente às políticas públicas educacionais mediante demanda expressa e fundamentada da Secretaria Municipal de Educação, ~~a competência para a condução operacional os procedimentos licitatórios e de contratação administrativa destinados exclusivamente às políticas públicas educacionais.~~

**Justificativa:** O caput do art. 2º da LC 532/2025 (<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaroriginal/id/144157>) tem a seguinte redação: “Art. 2º A Fumec tem por finalidades institucionais: I - I - desenvolver atividades educacionais nas seguintes modalidades: (...); II - planejar e executar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação: (...)”. Logo, o inciso III não pode se iniciar com “Fica atribuída à FUMEC...”. A **inversão da frase resolveria a questão redacional**.

---

§ 1º **Na hipótese do inciso III, p**ermanecem sob responsabilidade indelegável da Secretaria Municipal de Educação:

I – a definição da necessidade administrativa e do objeto da contratação;

II – o planejamento da contratação, incluindo a elaboração do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência ou instrumento equivalente;

III – a gestão e a fiscalização da execução contratual.

§ 2º A atuação da FUMEC restringe-se ao suporte técnico-operacional e à condução dos atos procedimentais necessários à seleção da proposta mais vantajosa, compreendendo, entre outras atividades:

I – a condução da fase externa dos procedimentos licitatórios;

II – a operacionalização dos atos de divulgação, sessões públicas, julgamento, habilitação e adjudicação;

III – a formalização dos contratos e instrumentos equivalentes, após aprovação da autoridade competente;

IV – a execução das atividades procedimentais necessárias à contratação, vedada a assunção de competências decisórias ~~ou de planejamento~~.

**Justificativa:** Os §§ 1º e 2º mencionam o planejamento como indelegável. No entanto, o inciso II do mesmo art. 2º alude a finalidade da FUMEC de “**planejar** e executar, em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação:”

Para solucionar esse conflito, conjecturamos inserir no § 1º: “**Na hipótese do inciso III...**” e retirar “**ou de planejamento**” do inciso IV do § 2º.

---

§ 3º A transferência de atribuições previstas neste inciso não abrange os procedimentos licitatórios ~~de natureza comum, transversal ou continuada destinados à contratação de serviços compartilhados, os quais permanecem~~ sob a ~~gestão~~ competência da Secretaria Municipal de Administração. ~~e à contratação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.~~

§ 4º A atuação da FUMEC observará integralmente a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como as normas federais e específicas que regem programas educacionais, especialmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.”

**Justificativa:** Sugerimos **retirar a expressão procedimentos licitatórios de natureza comum, transversal ou continuada, substituindo-a por contratação de serviços compartilhados**, cuja competência está atribuída ao Departamento de Gestão de Contratos Compartilhados (“Realizar a gestão dos contratos compartilhados pela Prefeitura Municipal de Campinas, em especial os contratos de limpeza predial, vigilância patrimonial e transporte”) pela LC 365/2022 (<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/139646>), **além dos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra**, que exige planilha de preços e formação de custos, geralmente desenvolvida com o suporte técnico do Departamento de Planejamento Estratégico (DPE)

---

§ 5º A celebração de convenio entre FUMEC e SME para repasse e gestão dos respectivos recursos financeiros necessários para esta atribuição.???

**Justificativa:** Esse § 5º ficou deslocado e sem sentido a frase. No texto original (DOC 17446113), constava como uma alínea das supostas atribuições da FUMEC, a conferir:

III— Fica atribuída à Fundação Municipal para Educação Comunitária — FUMEC a competência para conduzir os procedimentos licitatórios e de contratação administrativa destinados à Secretaria Municipal de Educação, sendo de competência da Secretaria Municipal de Educação a definição do objeto, o planejamento das contratações, a gestão e a fiscalização dos contratos. A competência prevista neste inciso compreende, entre outras atividades:¶

- a) → A condução das fases externa e interna dos procedimentos licitatórios;¶
- b) → A elaboração de editais e instrumentos congêneres, a partir das demandas formalizadas;¶
- c) → A realização de sessões públicas, julgamentos, habilitação e adjudicação;¶
- d) → A formalização dos contratos e instrumentos equivalentes;¶
- e) → A celebração de convenio entre FUMEC e SME para repasse e gestão dos respectivos recursos financeiros necessários para esta atribuição.¶

Além dessa análise do Projeto de Lei apresentado, ainda **remanescem dúvidas sobre a competência para a confecção do edital licitatório e para sua aprovação** (Procuradoria do Município ou da FUMEC), que constitui a última etapa da fase preparatória da licitação, **além da competência para elaborar as justificativas exigidas no inciso IX do art. 18 da Lei de Licitações** (IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio).

Sem prejuízo da manifestação final da Secretaria Municipal de Administração, essas são as considerações que compreendemos como relevantes para aperfeiçoamento do texto normativo.

Nessa oportunidade, renovamos a afirmação do nosso respeitoso apreço.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDA DO AMARAL ZAITUNE - OAB 134.974, Procurador(a)**, em 04/02/2026, às 11:26, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ALBERTO ALVES DA FONSECA, Secretário(a) Municipal**, em 04/02/2026, às 11:29, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **17632249** e o código CRC **C95D290D**.